

Estudo Técnico Preliminar 59/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00059.000446/2025-25

2. Descrição da necessidade

ESTUDOS, ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA

Descrição da Necessidade

2.1 A Presidência da República (PR) necessita manter em bom estado de conservação e funcionamento as instalações de suas edificações e de seus imóveis funcionais e residências oficiais que ocupa, garantindo adequado ambiente para seus ocupantes, em especial, e para que seu corpo técnico desempenhe, satisfatoriamente, suas atribuições, até porque é obrigação de todo servidor público zelar pelo patrimônio da União, conforme disposto na Lei 8.112/90.

2.2 Temos que, o envelhecimento natural de estruturas das edificações da Presidência da República, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, localizadas no Distrito Federal, e a necessidade de mantê-los fiéis as tais concepções arquitetônicas originais de diversas edificações, por serem essas diversas edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), faz com que tenhamos, além do aumento por demandas por serviços de engenharia de manutenção (consertos, instalações, montagens, operações, conservações, reparações, adaptações, manutenimentos, ou ainda, até mesmo por demolições, quando possível, na medida do praticável), há a necessidade premente por observância dos critérios de preservação para manter as características originais de estruturas das edificações tombadas.

2.3 Registre-se que nos últimos anos, essa demanda por serviços de manutenção tem aumentado e já se projeta inúmeras ordens de serviços para os próximos exercícios, algo em torno de 13.000 (treze mil) pedidos de diversas naturezas, onde inclusive alguns dos serviços já não se mostram possíveis de serem atendidos por essas manutenções.

2.4 De tal modo, há que registrar-se também que tem-se envidado esforços para desenvolvimentos, manutenções, sustentação dos sistemas da instituição e que, nesse diapasão, tem-se lançado mão de contratação da prestação de serviços de empresas terceirizadas, pois não se trata de serviços públicos inerentes às políticas públicas e não estão esses serviços abrangidos as categorias funcionais de plano de cargos do órgão. Além do que, essa terceirização de serviços não coloca em risco o controle de processos e de conhecimentos para tomada de decisão ou posicionamento institucional do Governo, nas áreas de planejamento estratégicos, coordenação, supervisão e controle de políticas públicas.

2.5 Diante do cenário de crescimento exponencial de nossa demanda de manutenção, reforma e adaptação das edificações, torna-se necessário o devido apoio técnico para estudos, elaboração e desenvolvimento de projetos de engenharia, considerando que a Presidência não possui corpo técnico próprio. Desse modo, a manutenção de postos fixos terceirizados ocupados por engenheiros e arquitetos na Presidência da República atenderia à demanda, seguindo o modo de contratação adotado até 2024.

2.6 Convém ressaltar que findou em 30/11/2024 Contrato nº 30/2023, firmado entre a PR e a empresa R7 Facilities, que compreendia a elaboração de projetos de engenharia. Diante da manifestação da empresa de desinteresse na continuidade do contrato, e o fim da sua vigência em 30 de novembro de 2024, a instauração de novo processo licitatório se torna necessária, a fim de compatibilizar o expressivo volume de demandas de ações de conservação predial e o respectivo desenvolvimento de projetos relacionados.

2.7 Cumpre destacar que nos últimos anos eventualmente surgem demandas de projetos de alta especialização, como: reforços de estruturas, contenções, impermeabilizações, sonorização, como exceções. Tais necessidades fora do escopo exigem que haja previsão contratual de contratação extra de profissionais para a realização de serviços eventuais, de modo que possam atender a demandas atípicas. Neste estudo, esses serviços específicos estão descritos como SERVIÇOS EVENTUAIS, limitando-se a 10% do valor estimado para os serviços continuados de mão-de obra exclusiva.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP/SA/SE/CC/PR	Érica Carvalho de Almeida

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Diretrizes e Orientações Gerais

4.1 Trata-se de serviço comum, a ser executado concomitantemente com as atividades da COENGE - Coordenação-Geral de Operações de Engenharia, e, portanto, continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Requisitos Técnicos

4.3 Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional competente, comprovando o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação, na qual conste seu Responsável Técnico, devidamente qualificado na área de atuação (objeto);

4.4 Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo respectivo Conselho Regional, comprovando que o Responsável Técnico - Engenheiro, tenha prestado, a contento, serviços de elaboração de projetos, tendo como objetivo a geração de produtos e padrões vinculados às áreas de Engenharia Civil (incluindo sistemas estruturais), Engenharia Mecânica (incluindo sistemas de transporte vertical, ventilação e climatização), Engenharia Elétrica (incluindo sonorização), entre outros.

Requisitos Legais

4.5 Deverão ser cumpridos os procedimentos, normas, modelos e regulamentos vigentes na Presidência da República.

4.6 O processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as seguintes legislações vigentes, dentre outras aplicáveis à espécie:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações);
- b) Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de proteção de Dados Pessoais - LGPD, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
- c) Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

4.7 Além das legislações anteriormente em destaque, como requisito legais da contratação, esta deverá, em especial, observar:

- a) Normas e especificações constantes dos respectivos Termos de Referência - TR e Projetos Básicos;
- b) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- c) Regulamentos das empresas concessionárias;
- d) Normas da ABNT;
- e) Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- f) Prescrições e recomendações de fabricantes; e
- g) Práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção.

Requisitos Temporais

4.8 Os serviços comuns de estudo, planejamento, elaboração e desenvolvimento de projetos de serviços de engenharia das edificações do Complexo da Presidência da República - PR, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, no Distrito Federal, devem ser prestados no prazo estipulado para os respectivos serviços.

4.8.1 Os serviços serão contratados com base no quantitativo de postos de trabalho e se destinam à elaboração dos projetos, laudos, orçamentos, cronogramas e demais documentos técnicos, além de serviços eventuais sob demanda, todos em atendimento ao escopo dos serviços demandados pelas edificações de uso da Presidência da República no Distrito Federal.

4.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, salvo prazo divergente estabelecido em respectivo Termo de Referência, quando não expresso de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.10 Todos os profissionais devem atender aos requisitos exigidos em sua respectiva Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e às respectivas Convenções (ou Acordos) Coletivas da Categoria, com comprovada experiência por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.

4.10.1 Além dos requisitos mínimos exigidos, os profissionais deverão ter experiência profissional para atender ao objeto contratado, durante todo o seu período de execução, conforme peculiaridades da Presidência da República, sendo a contratada responsável pela reciclagem desses, quando for o caso.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11 A Contratada deverá verificar e aprovar a adoção, pelas fiscalizadas, das práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto contratual, quando couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento e Gestão, e da Instrução Normativa SEGES nº 05, de 2017, e demais legislação aplicável, quando relacionadas à natureza da prestação do serviço e, em especial:

4.12 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela PR.

4.13 A Contratada deverá instruir os seus colaboradores quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela PR.

Qualificação técnico-operacional específica

4.14 Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional competente, comprovando o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação, na qual conste seu Responsável Técnico, devidamente qualificado na área de atuação do objeto licitado.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.15 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.16 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual o deverá ser prestado.

4.17 A Contratada deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências em horário administrativo/comercial.

4.18 A execução do serviço deve ser acompanhada pela Contratada, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.19 A operacionalização de Ordens de Serviços e demais aspectos conexos e correlatos estão descritos de forma detalhada adiante.

Requisitos de Segurança da Informação

4.20 Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação da Presidência da República.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.21 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da PR.

4.22 Para viabilizar a prestação dos serviços, a Contratada por vezes precisará ter acesso a locais privativos da Presidência da República, sendo, portanto, imprescindível a assinatura de Termo de Confidencialidade e Manutenção de Sigilo, anexo deste instrumento.

4.23 Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a esses dados e informações.

4.24 Manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na Presidência da República, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os profissionais da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

Requisitos de Capacitação

4.25 Os profissionais prestadores de serviço deverão possuir capacitação suficiente para a execução dos serviços referentes à execução do Contrato, que poderá ser comprovada pelos diversos contratos vigentes e similares sob sua responsabilidade.

Vistoria

4.26 A avaliação prévia do local de execução dos serviços de elaboração de projetos é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

4.27 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.28 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.\

4.29 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.30 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Garantia da Contratação

4.31 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.31.1 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.32 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.\

4.33 Na execução de respectivo objeto contratado, inerente aos serviços comuns de engenharia, poderão ser adotados um dos regimes de execução elencados nos incisos do art.46 da Lei n.º 14.133, de 2021, considerando-se os potenciais de economia de escala (art. 18, VII), sendo o pregão, modalidade licitatória obrigatória para este tipo de aquisição de serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (art. 6º, XLI), critério esse especificado no respectivo edital do certame.

4.34 Em caso da modalidade de licitação pregão, cujo critério de julgamento elencado for empreitada por preço global, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, conforme as especificidades do mercado correspondente, em observância aos ditames do § 3º do art. 59 da Lei nº 14.144, de 2021.

4.35 Os preços unitários da proposta vencedora servirão de base para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcionalmente aditamento posterior do contrato (art. 56, § 5º da Lei nº 14.133, de 2021);

4.36 A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada e a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, sob pena de ter a licitante sua proposta desclassificada.

4.37 Nas contratações de serviços comuns de engenharia, objeto da respectiva contratação, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021.

4.38 Deverão ser consideradas desclassificadas as propostas que (art.59, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas em edital do respectivo certame;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do respectivo edital, desde que insanável.

4.39 Entretanto, não caberá desclassificação as propostas das licitantes participantes do certame, por si só, em razão de custos unitários que sejam superiores aos orçados pela Administração, conforme entendimento da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União.

4.40 Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato. (§ 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.41 Demais critérios de apresentação de propostas e lances, bem como do julgamento das propostas, da habilitação das licitantes e demais parâmetros conexos e correlatos serão estabelecidos no respectivo edital do certame, observando-se os ditames estabelecidos na Lei nº 14.133, de 2021, aplicáveis à espécie.

Subcontratação

4.42. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.43. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.44. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.44.1. Serviços eventuais sob demanda, caso em que deverá ser comprovado pelo Contratado que os preços cobrados por serviços eventuais estão compatíveis com os correntes no mercado. A comprovação de preços será realizada por meio da apresentação de, no mínimo, 3 (três) orçamentos, notas fiscais ou contratos firmados com pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.45. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.46. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.47. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.48. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.49. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

Requisitos para o Atendimento da Necessidade à Solução Pretendida

4.43 A Contratada deverá:

- a) ser registrada no Conselho Regional de Engenharia (CREA).
- b) indicar Responsável Técnico, legalmente habilitado e com as qualificações técnicas mínimas exigidas, conforme Classificação Brasileira de Ocupação – CBO e sua respectiva Convenção (ou Acordos) Coletivas da Categoria,;
- c) ter registros dos responsáveis técnicos e da ART realizado nas respectiva regional CREA onde os serviços serão prestados;
- d) emitir ART de serviço pertinente aos serviços prestados nas edificações em uso pela PR e dos seus respectivos sistemas e subsistemas;
- f) emitir também ART de projeto, quando houver, pertinente aos projetos eventualmente elaborados, necessários à execução do contrato;

Equipamentos e Softwares

4.44 A Contratada deverá prover todos os softwares necessários ao desenvolvimento das atividades descritas, assim como os equipamentos computacionais que permitirão a plena execução das atividades. Também será responsável por prover acesso à internet aos seus colaboradores, disponibilizar os arquivos produzidos em nuvem, além de dispositivos de armazenamento e transporte de dados (pen drives).

4.45 Os requisitos dos softwares para a elaboração dos projetos e o modo de precificação introduzido na planilha de custos e formação de preços encontram-se descritos nos Anexo VI e VII deste ETP.

Qualificação Técnica

Os requisitos da habilitação abrangem o seguinte:

4.46. A licitante deverá demonstrar a comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais especializados, qualificados, habilitados e devidamente capacitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado, com as seguintes atribuições mínimas:

4.46.1. Entende-se, para fins deste Estudo Técnico Preliminar, como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, **ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.**

4.46.2. No decorrer da execução do serviço, os profissionais poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

4.47. A contratação deverá respeitar o disposto no art. 31 da Instrução Normativa 5/2017. A Contratada para a prestação de serviços de apoio à projetos não poderá realizar obras/serviços ou prestar serviços de manutenção continuada na área de Engenharia da Presidência da República no período de vigência contratual.

4.47.1 De igual modo, a Licitante para a prestação de serviços de apoio à projetos não poderá estar realizando obras /serviços ou prestando serviços de manutenção continuada na área de Engenharia da Presidência da República na fase de habilitação do Pregão.

Qualificação Técnico-Operacional

TABELA 2-a - Áreas dos imóveis da Presidência da República

Edificações Administrativas da Presidência da República	Área construída (m²)
Palácio do Planalto	44.388,50
Garagens, guarda, segurança presidencial, engenharia e almoxarifado central	33.950,50
Anexos do Palácio do Planalto e heliponto	22.599,00
Pavilhão das Metas (Esplanada)	5.525,50
Residências Oficiais	
Palácio da Alvorada	11.407,00
Granja do Torto	7.914,00
Palácio do Jaburu	5.060,00
Residências funcionais	
Imóveis funcionais	22.000,00
Total de áreas (m²)	152.844,50

4.48 Será requerida comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso:

4.49 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.49.1 Comprovação de elaboração de projetos de construção ou de reforma de edifício com área total de, no mínimo, 10.000 m² e três pavimentos, o que corresponde a 22,5% da área do Palácio do Planalto, edifício com maior área da Presidência da República;

4.49.1.1 A área exigida deverá constar de apenas 1 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de áreas para efeito de comprovação de qualificação técnica da respectiva parcela;

4.49.1.2. As exigências dos termos definidos para o atestado de capacidade técnica se justificam devido à existência de necessidade de adequação das edificações da Presidência da República à Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 11.888, de 22 de janeiro de 2024.

4.49.2 A empresa deverá apresentar cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que possui experiência mínima de 12 (doze) meses, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, na prestação de serviços de elaboração de projetos em engenharia, conforme previsão contida no item 10.6 alínea “b” da IN05 de 25 /05/2017, Anexo VII-A.

4.49.2.1 Para fins de comprovação deste item deverão ser apresentados atestados ou declarações que somados comprovem a execução de contratos por no mínimo 12 (doze) meses, não havendo obrigatoriedade de os doze serem ininterruptos, conforme item 10.6.1 e 10.7 da IN05 de 25/05/2017, Anexo VII-A;

4.49.2.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN 05 de 25/05/2017, Anexo VII-A.

4.49.3 A empresa deverá apresentar cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que possui experiência na prestação de serviços terceirizados, com fornecimento de mão de obra no regime de dedicação exclusiva para execução de atividades técnicas especializadas relacionadas à elaboração de projetos de engenharia, na quantidade mínimas de 8 (oito) postos de trabalho, conforme previsão contida no item 10.6 alínea “c” da IN05 de 25 /05/2017, Anexo VII-A.

4.50 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.51 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.52 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.53 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4.54 A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

4.55 Os requisitos operacionais na fase de execução do Contrato abrangem o seguinte:

TABELA 2-b: Requisitos operacionais - Fase de execução do Contrato

Postos	Cargo	Formação/Qualificação mínima
08 (oito)	Engenheiro (Civil, Eletricista ou Mecânico)	<ul style="list-style-type: none"> - Graduação na respectiva área; - Tempo de atividade profissional na área de engenharia de no mínimo 2 (dois) anos; - Engenheiro civil com experiência em projetos ou em execução de instalações (instalações hidrossanitárias, impermeabilização, estrutura em concreto, etc.) em edificação com área construída mínima de 2.000 m², certificado de curso em software de elaboração de projetos BIM (Revit ou equivalente) com no mínimo 80 horas de duração e elaboração de 1.000 m² de projetos em software BIM (Revit ou equivalente); - Engenheiro civil com experiência em elaboração de orçamentos de edificação com área construída mínima de 2.000 m², certificado de curso em software de elaboração de projetos BIM (Revit ou equivalente) com no mínimo 80 horas de duração e elaboração de 1.000 m² de projetos em software BIM (Revit ou equivalente); - Engenheiro mecânico com experiência em projetos ou em execução de instalações de ar condicionado com capacidade mínima de 400 TR, certificado de curso em software de elaboração de projetos BIM (Revit ou equivalente) com no mínimo 80 horas de duração e elaboração de 1.000 m² de projetos em software BIM (Revit ou equivalente); - Engenheiro eletricista com experiência em projetos ou em execução de instalações elétricas com subestação de no mínimo 500 kVA e sistema de geração emergencial de energia de no mínimo 300 kVA, certificado de curso em software de elaboração de projetos BIM (Revit ou equivalente) com no mínimo 80 horas de duração e elaboração de 1.000 m² de projetos em software BIM (Revit ou equivalente).

4.56 Justificativa para exigência de experiência mínima de 02 (dois) anos de atividade profissional.

4.56.1 Haverá exigência mínima de 2 (dois) anos de experiência para o Engenheiro (Civil, Eletricista ou Mecânico). A justificativa decorre das atribuições dos cargos relacionadas nesse ETP, bem como do nível de complexidade das edificações sob responsabilidade da Presidência da República, exigindo conhecimentos técnicos e experiência na coordenação e supervisão de projetos de diversas tipologias (residenciais, institucionais, corporativas etc.), aprovação de projetos e atendimento de exigências junto aos diversos órgãos públicos pertinentes.

4.56.2 Esse requisito visa garantir que os profissionais estejam familiarizados com a gestão de projetos de grande porte, capazes de propor soluções técnicas adequadas e em conformidade com normas técnicas e regulamentações específicas. Ademais, é necessário assegurar que os profissionais envolvidos possuam o conhecimento e a habilidade prática necessários para desenvolver projetos de alta complexidade técnica para estruturas de elevado valor histórico, cultural e político.

4.56.3 Parte das edificações incluídas no escopo deste edital são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que exige atenção redobrada na elaboração e desenvolvimento dos projetos, respeitando rigorosamente os critérios de preservação patrimonial. Além disso, as residências oficiais, como o Palácio da Alvorada e o Palácio do Planalto, possuem características arquitetônicas únicas, assinadas por mestres como Oscar Niemeyer, cujos

traços marcantes demandam um profundo respeito à sua integridade estética e arquitetônica. A exigência de experiência dos profissionais visa assegurar que os projetos contem com profissionais preparados para intervir em ambientes de valor histórico e simbólico, conciliando inovação com preservação do patrimônio arquitetônico brasileiro.

4.57 A experiência solicitada para os profissionais de nível superior na área de engenharia deverá ser comprovada por meio de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no CREA em nome do profissional.

TABELA 2-c: Detalhamento das exigências/comprovação

Atividade	Requisito
Para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos:	1 – diploma do curso de graduação conforme a área de concentração do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; 2 – cópia da carteira de trabalho e previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; 3 – declaração do empregador com o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego;
Para exercício de atividade em empresa/instituição pública: será necessário o envio da imagem legível de dois documentos:	1 – diploma do curso de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; 2 – declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição ou da autoridade competente, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas, em consonância com as atividades a serem desempenhadas neste Termo de Referência;
Para exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessário o envio da imagem legível de três documentos:	1 – diploma de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; 2 – contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o profissional e o Contratante; e 3 – declaração do Contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;
Para exercício de atividade/serviço prestado como autônomo: será necessário envio da imagem legível de três documentos:	1 – diploma de graduação conforme a área/especialidade a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso; 2 – recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo; e 3 – declaração do Contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Em função do Contrato nº 30/2023 já vigente no âmbito da Diretoria de Engenharia e Patrimônio – DIENP, essa Diretoria busca dar continuidade na solução de elaboração de projetos de engenharia.

5.2 Houve levantamento de mercado para analisar outros modelos de contratação, como o por demanda, mas a Administração optou por dar continuidade ao modelo de contratação de mão de obra com dedicação exclusiva, por ser mais condizente com as necessidades atuais.

O levantamento de mercado foi realizado junto ao Painele de Preços, no que foi encontrado contratações similares com mão de obra de profissionais engenheiros para a região do Distrito Federal:

- Pregão Eletrônico nº 1/2019 - Ministério das Relações Exteriores;
- Pregão Eletrônico nº 24/2021 - Marinha do Brasil;
- Pregão Eletrônico nº 02/2013 - Receita Federal do Brasil, e
- Pregão Eletrônico nº 90006/2024 – Banco Central do Brasil.

5.3 Dessa forma, observamos que a solução é comum de mercado, não havendo qualquer especificidade que possa vir a causar restrições ou direcionamentos na contratação.

5.4 Assim, torna-se necessário o contínuo estudo da viabilidade técnica, buscando a melhoria contínua dos serviços prestados, com celeridade, qualidade e baixo custo para a Administração Pública.

5.5 Evidenciamos que os levantamentos realizados nos termos do Art. 7º, II, a, da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 e ainda junto a análise do Tribunal de Contas da União presente no relatório de consolidação dos trabalhos de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) – Governança e Gestão das Aquisições – Ciclo 2015, verificamos a existência de 4 tipos de modelagem de contratação que envolvem a prestação de serviço de Manutenção Predial e de pequenas intervenções, no que observamos, especialmente, a modelagem de contratação “Postos de Trabalho e Serviços”, por melhor atender as nossas necessidades.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Descreve-se a solução como contratação de mão de obra com dedicação exclusiva para execução de atividades técnicas especializadas relacionadas à elaboração de projetos, tendo como objetivo a geração de produtos e padrões vinculados às áreas de Engenharia Civil (incluindo sistemas estruturais), Engenharia Mecânica (incluindo sistemas de transporte vertical, ventilação e climatização), Engenharia Elétrica (incluindo sonorização), entre outros.

6.2 O objeto deverá ser executado de forma indireta, pelo regime de Empreitada por Preço Global, do tipo Menor Preço por Grupo, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 A solução, para o pleno atendimento dos seus objetivos, deverá observar serviços técnicos de engenharia, a exemplo:

- Elaboração de modelos conceituais;
- Elaboração de manuais técnicos para orientação no desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras;
- Desenvolvimento de estudo preliminar e/ou leiaute visando o estudo de viabilidade técnica e o levantamento de custos estimados;
- Elaboração e desenvolvimento completo de projetos nas diversas especialidades de edificações novas, reformas e/ou ampliações;
- Elaboração de desenhos técnicos de mobiliário, sinalização, ou outros inerentes aos serviços e atividades técnicas vinculadas ao objeto;
- Levantamento e elaboração de orçamentos estimativos globais e detalhados de produtos e projetos, serviços e obras de caráter estratégico;
- Pesquisa de produtos, equipamentos, fornecedores e materiais, tanto no mercado nacional quanto internacional, incluindo principais características técnicas, fornecimento/distribuição, prazos de entrega/execução e cotação preliminar de preços;
- Pesquisa bibliográfica e documental de contextualização histórica, práticas de mercado, normas, legislação, artigos técnicos e outros, tanto nacionais quanto internacionais;
- Estudo e apresentação de soluções técnicas e busca de materiais alternativos eficientes para viabilização de projetos, produtos e serviços;
- Estudo e apresentação de soluções técnicas buscando a adoção de padrões sustentáveis e incorporação da sustentabilidade na cadeia de projetos, serviços e obras;
- Acompanhamento da confecção de protótipos diversos;
- Desenvolvimento de especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços;
- Elaboração do conteúdo técnico necessário para instrução processual de contratações da PR;
- Realização de levantamento cadastral e/ou fotográfico de bens móveis e imóveis;
- Participação de reuniões técnicas na PR;
- Avaliação de custos de orçamentos referentes a materiais, equipamentos, projetos ou serviços;
- Realização de vistorias de caráter técnico;

- Emissão de laudos e pareceres técnicos de projetos, protótipos, edificações, sinalização, mobiliário, vistorias, documentos técnicos, dentre outros;
- Apoio como suporte técnico ao quadro de profissionais técnicos da PR, nos trabalhos desenvolvidos dentro da Diretoria de Engenharia e Patrimônio.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A definição da quantidade estimada de profissionais para atendimento da solução considerou o histórico dos atendimentos dos contratos anteriores e o tempo de atendimento a ser empregado.

7.2 Em termos de CBO associada à respectiva CCT, para fins de composição da Planilha de Custos e Formação de Preços, tem-se:

Ocupação	Postos
Engenheiro (Civil, Eletricista ou Mecânico)	08

7.3 A especialidade para os postos de engenheiro (civil, eletricista ou mecânico) será definida quando das tratativas no início da execução do contrato.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.583.647,62

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	IDENTI- FICAÇÃO CATSER	UNIDA- DE DE MEDI- DA	QUANTI- DADE	PREÇO MENSAL ESTIMADO	PREÇO ANUAL ESTIMADO
1	1	Serviços continuados com mão de obra exclusiva com pessoal a ser lotado em postos fixos de trabalho na Presidência da República, para as atividades de melhoria contínua, estudo, planejamento, elaboração e desenvolvimento de projetos de engenharia	20060	un.	01	R\$ 195.730,88	R\$ 2.348.770,56
	2	Serviços eventuais sob demanda					R\$ 234.877,06
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (MÃO DE OBRA)						Valor Mensal	Valor Global
						R\$ 215.303,97	R\$ 2.583.647,62

- 8.1 O item 2 – Serviços eventuais sob demanda - terá valor fixo anual de R\$ 234.877,06 e não será objeto de disputa. A cada Ordem de Serviço acionada neste item, deverão ser indicadas as horas-homem de projetista e seu correspondente valor, sobre o qual incidirá BDI de 22,42%.
- 8.2 As estimativas de preços constam na respectiva planilha de custos e formação de preços, considerando a Convenção Coletiva da Categoria devidamente atualizada.
- 8.3 Deverá ser observado o Art. 5º do Decreto nº 12.174/2024. Como segue: "Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação". (Art. 5º, Decreto nº 12.174/2024).

8.5 Nos reajustes, o salário-base adotado deverá ser corrigido proporcionalmente ao percentual de aumento estabelecido na nova convenção coletiva.

8.6 As garantias trabalhistas deverão observar o Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 e a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, em especial:

- Compensação de jornada;
- Recessos ou outra causa de diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho;
- Jornada semanal de trabalho (a critério da SEGES/MGI);
- Nos reajustes, o salário-base adotado deverá ser corrigido proporcionalmente ao percentual de aumento estabelecido na nova convenção coletiva;
- A Contratada deverá garantir seguro de vida para seus colaboradores
- Seguro de vida: foi considerado o valor de R\$5,14, praticado nos demais contratos da PR, de acordo com a seguinte tabela:

Contrato	Vlr Seguro
23/2020	13,50
18/2021	0,00
32/2021	2,30
30/2023	7,61
06/2022	2,30
Média	5,14

- A Contratada deverá reembolsar suas empregadas mães, no mínimo, a importância equivalente a R\$ 367,00 (trezentos e sessenta e sete reais), mensalmente, para cada filho até seis anos.
- Para o cálculo da rubrica "CRECHE", foi considerado o percentual de 2% de probabilidade dessa condição: (=R\$367,00 *2%). Foi considerado o índice de ocorrência adotado para o afastamento da licença maternidade/paternidade, conforme orienta Nota Técnica Ciset nº 2/2018 com dado utilizado do IBGE.
- A Contratada não poderá descontar do colaborador qualquer valor referente a vale-transporte;
- O cálculo do vale-transporte considerou a tabela atualizada pela ANTT para o Distrito Federal referente ao ano de 2024, no valor unitário de R\$ 5,50. Foi considerado o valor de (5,50 (unitário) * 2 (ida e volta) + 50% (probabilidade de retorno e região));
- A Contratada está obrigada a prover o deslocamento do colaborador (ida e volta), independentemente do valor lícito para Vale-Transporte.

Convenções Coletivas de Referência

8.7 Para fins de elaboração da planilha de custos e formação de preços a contratada deverá observar os ditames das Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, para as categorias de profissionais envolvidas na prestação dos serviços presentes no atendimento do objeto contratual.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000372/2023

DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/06/2023

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR032546/2023

NÚMERO DO PROCESSO: 19964.112434/2023-96

DATA DO PROTOCOLO: 23/06/2023

autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL, e SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA,

Custos Indiretos e Lucro

8.8 Foi feito o cálculo da média dos contratos atuais da engenharia da PR:

Contrato PR nº	Serviço	Contratada	Planilha SEI nº	Lucro	Custos Indiretos
23/2020	Manutenção Elétrica	RCS TECNOLOGIA LTDA	3247079	17,13%	7,00%
32/2021	Manutenção Predial	ELETRODATA LTDA	3402636	4,35%	3,00%

30/2023	Apoio à Engenharia	R7 FACILITIES	4651414	1,00%	1,00%
18/2021	Manutenção em Ar Condicionado	ENTHERM ENG SIST TERMOMECAÑICOS	3514452	7,66%	4,26%
06/2022	Manutenção em Máquinas	CLIMÁTICA ENGENHARIA EIRELI	3125007	11,00%	11,00%
Média Aritmética				8,23%	5,25%
Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR (3533480)					

Para atendimento às instruções da CISET, considerando-se a média dos contratos vigentes na PR, foram utilizados os seguintes percentuais, para Lucro e Custos Indiretos:

Custos Indiretos	5,00%
Lucro	5,25%

8.9 Custos Indiretos de 5%: o Máximo previsto no Acórdão TCU nº 1753/2008- Plenário, conforme previsto na Nota Técnica CISET nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR (Documento SEI nº (6094664)).

8.10 Lucro de 5,25: limite máximo estabelecido na COENGE com base nos valores praticados nos atuais contratos de serviços de engenharia da Presidência.

Vale-transporte

8.11. O cálculo do vale-transporte considerou a tabela atualizada pela ANTT para o Distrito Federal referente ao ano de 2024, no valor unitário de R\$ 5,50. Foi considerado o valor de (5,50 (unitário) * 2 (ida e volta) + 50% (probabilidade de entorno e região);

8.12. A Contratada está obrigada a prover o deslocamento do colaborador (ida e volta), independentemente do valor lícitado para Vale-Transporte.

8.13. A Contratada não poderá descontar do colaborador qualquer valor referente a vale-transporte;

8.13.1. Essa medida tem por objetivo manter a integralidade dos benefícios concedidos ao colaborador e consequentemente aumentar o bem-estar laboral. Isso trará maior qualificação profissional e reduzirá a rotatividade de profissionais, com reflexos na melhoria da qualidade da prestação dos serviços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O objeto será indivisível, uma vez que o disposto no inciso "b" do item 3.8 do Anexo III da IN SEGES /MPDG nº 5/2017 e no inciso I do § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, e ainda levando-se em conta a natureza similar dos postos de serviço ora demandados, a adjudicação por item comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados almejados pela PR. Sendo assim, a adjudicação da licitação deverá ser por preço global de grupo de itens, o critério adotado visa atingir economicidade na contratação, tendo em vista que a prestação do serviço por único fornecedor implicará em menor custo, em contraposição à contratação segmentada.

9.2 Além disso, é de entendimento do Tribunal de Contas da União que não se revela benéfico o parcelamento da contratação de serviços terceirizados. Isso porque as empresas que atuam no mercado não são especializadas em tipo específico de serviço, sendo especializadas na administração de mão de obra em geral.

9.3 Com o término da vigência do contrato nº 30/2023 em 30 de novembro de 2024 que tratava de empresa de elaboração de artefatos de serviços e obras de engenharia (orçamentos, cronogramas e projetos de engenharia), e diante da manifestação de não intenção de renovação pela então Contratada, houve necessidade de elaborar os estudos para a presente contratação.

9.4 Cabe informar que há uma contratação vigente (Contrato 03/2025) cujo objeto é o apoio à fiscalização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas edificações da PR.

9.5 Não caberia unir os dois contratos continuados de mão de obra, visto que houve uma reestruturação da Diretoria de Engenharia e Patrimônio, com subdivisão das Coordenações da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia em duas coordenações, a saber: Coordenação de Projetos e Coordenação de Manutenção.

9.5.1 As Coordenações atuais se referem à gestão de diferentes áreas e, consequentemente, diferentes contratos: o contrato de manutenção e a ARP de serviços de engenharia. Desse modo, faz-se necessário que ainda existam separadamente o contrato de projetos e planejamento, e o contrato de apoio à fiscalização de serviços de engenharia.

9.6 Soma-se a este argumento o fato de permanecerem crescentes as demandas no complexo de edificações da PR tanto para atividade de projetos e planejamento, tanto do acompanhamento de execução de serviços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Cabe informar que há uma contratação vigente (Contrato 03/2025) cujo objeto é o apoio à fiscalização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas edificações da PR. Como exposto no parágrafo anterior, os serviços são de natureza distinta e geridos por coordenações distintas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação alinha-se ao Planejamento Estratégico da Secretaria de Administração – SA e suas despesas decorrentes estão programadas no Planejamento de Contratações Anual – PCA, seguindo as diretrizes de atuar como facilitadora e provedora no atendimento às demandas técnicas e administrativas dos órgãos da PR, atuando com excelência no aperfeiçoamento da gestão administrativa.

11.2 As contratações tratam de serviços continuados devidamente incluídos no PCA atual.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Resultados pretendidos em termos de economicidade

12.1 Busca-se alcançar excelência na geração de produtos e padrões vinculados aos projetos e planejamento da área de Engenharia, por meio de pessoal terceirizado alocado em posto fixo na Presidência da República, dedicado exclusivamente a tais atividades.

12.2 Há vantagens na opção pela contratação desse modelo, tais como: celeridade na disponibilização de profissionais especializados para exercerem as atividades, adversamente às dificuldades de seleção de servidores públicos para exercerem as mesmas tarefas; celeridade na reposição de profissionais em casos de desligamento; opção por troca de profissionais em caso de desempenho inadequado com as atribuições; custo relativamente inferior ao de requisição de servidores ou empregados públicos para desempenharem atividades relacionadas; entre outros.

12.3 Embora a contratação da mão de obra terceirizada seja mais flexível, espera-se da Administração o devido acompanhamento para garantir a entrega dos produtos associados com a qualidade almejada. Sob o ponto de vista dos processos, com o planejamento adequado dos projetos de conservação das estruturas, tem-se redução do tempo de execução, e por conseguinte, redução do tempo de impacto nas áreas afetadas; melhorias de qualidade na entrega; ganho de produtividade dos servidores, que poderão otimizar o uso do tempo em outras atividades, ganho de saúde, segurança e bem-estar do servidor ou colaborador da PR, por trabalhar em ambiente planejado, bem dimensionado, e adaptado às suas necessidades.

13. Providências a serem Adotadas

Adequação do ambiente do órgão

13.1 A Contratante deverá prover espaço adequado para a execução das atividades dos colaboradores, com climatização e energia elétrica. Conforme já preestabelecido neste ETP, os equipamentos de informática (computadores) não serão fornecidos pela Contratante, devendo a Contratada se responsabilizar pela disponibilização dos softwares para execução dos seus serviços, pelo acesso à internet de seus colaboradores e por recursos de armazenamento de dados, tanto em nuvem como em dispositivo físico (pen drive).

13.2 Outras providências a serem tomadas são o agendamento de uma reunião inicial com gestores e fiscais do contrato, apresentação dos currículos e comprovação de experiência profissional na área de atuação, apresentação da CTPS assinada e demais documentos pertinentes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os possíveis impactos ambientais estão relacionados, em especial, ao controle e fiscalização dos descartes de entulhos e restos de materiais, face as intervenções nos sistemas e subsistemas das edificações, bem como a outros resíduos gerados no decorrer da execução do contratos. Assim, a Contratada deverá verificar e validar as estratégias sustentáveis propostas pelas fiscalizadas seguindo os manuais e recomendações do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBS, bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a IN nº 1 – SLTI/MPOG, de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras pela administração pública federal, e ao Decreto nº 7.746, de 2012.

14.2 Ainda sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, bem como os artigos 46, 49 e 60 e demais dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, estas legislações deverão ser observadas pela Contratada.

14.3 Deve ser conferida a efetiva utilização de materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que seus custos sejam compatíveis com o praticado no mercado, a fim de mitigar, controlar e ou até mesmo extinguir possíveis impactos ambientais e de sustentabilidade.

14.4 Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela Contratante, devendo a Contratada providenciar para estas áreas, se for o caso, os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

14.5 Nenhum dos materiais, equipamentos e aparelhos fornecidos e ou utilizados pela Contratada poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs), em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido e ou utilizado cumpre com essa exigência.

14.6 Deverá ser avaliado e validado o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS, a ser elaborado pela fiscalizada com base na Resolução CONAMA nº 307 e levado em conta todas as peculiaridades das edificações da PR, objeto da contratação, deverá ser apresentado pela Contratada em até 15 (quinze) dias úteis após o efetivo início dos serviços, devendo este instrumento ser submetido à aprovação da Contratante.

14.7 A Contratada deverá relacionar práticas de sustentabilidade no planejamento e elaboração dos projetos, além de observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade contidos em legislação e regulamentações vigentes.

14.8 Deverá ainda elaborar projetos de modo a proporcionar economia na manutenção e operacionalização das edificações e a redução do consumo de energia, por meio de estudos, planejamentos e ações em busca de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento declara a viabilidade da contratação, com fundamento na finalização recente de contrato de escopo semelhante cujo prazo contratual encerrou em 30 de novembro de 2024. A necessidade de atualização dos projetos no conceito BIM exige mão de obra especializada de profissionais com formação específica.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE HOLLERVEGER

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/05/2025 às 09:31:31.

ROSEMEIRY DE QUEIROZ CHAVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/05/2025 às 09:32:57.

THIAGO MACHADO KARASHIMA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/05/2025 às 09:17:27.

